

Handwritten initials/signature in the top right corner.

----- **ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SANTO ANTÓNIO** -----
----- SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SANTO ANTÓNIO, REALIZADA NO DIA VINTE E SETE DE SETEMBRO DE DOIS MIL E DEZOITO. -----

----- **ATA NÚMERO NOVE** -----
----- (Mandato 2017-2021) -----

----- Aos vinte e sete dias do mês de setembro de dois mil e dezoito reuniu no Centro Social Laura Alves, sito na Calçada Moinho de Vento, número um, em Lisboa, a Assembleia de Freguesia de Santo António, sob a presidência da sua Presidente efetiva, Excelentíssima Senhora Sara Barros Queiroz Amâncio, coadjuvada pelo Excelentíssimo Senhor José Manuel dos Santos, Segundo Secretário.-----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Membros: -----

----- **Do Partido Social Democrata (PSD)** – Pedro Nuno Rosa Neves, Isabel Margarida Moura Gonçalves Freire de Menezes e João Paulo Marques das Neves e Cristina Ferreira Oliveira Balchada.-----

----- **Do Partido Socialista (PS)** – Catarina Conceição Fonseca de Jesus e Alexandra Manuela Lobo Pimentel Fernandes.-----

----- **Do Centro Democrático Social (CDS)** - Pedro Miguel Henriques de Barros Ferreira e Joaquim Gustavo Pinto dos Santos Elias.-----

----- **Do Bloco de Esquerda (BE)** - Mariana Correia Gomes;-----

----- **Do Partido Comunista Português (PCP)** – Sónia Carla Pinto Costa.-----

----- Faltaram à reunião os seguintes Membros: -----

----- Maria da Conceição Situ Antunes Branco Martins, que justificou a sua ausência e foi substituído por Cristina Balchada.-----

----- Luis Baltazar Brito da Silva Correia.-----

----- Às vinte horas e quarenta minutos, constatada a existência de *quórum*, a **Senhora Presidente da Assembleia** declarou aberta a reunião. -----

----- Verificou não existirem inscrições do público. -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **Análise e votação da proposta de Ata nº 8, relativa à reunião realizada em 21 de junho de 2018;**-----

----- A **Senhora Presidente da Assembleia** submeteu à votação a Ata nº 8, tendo a Assembleia deliberado aprovar por unanimidade dos Membros presentes na respetiva reunião. -----

----- **Voto de Pesar** -----

“----- *A bancada do Partido Social Democrata na Assembleia de Freguesia de Santo António — Lisboa manifesta o seu profundo pesar pelo intempestivo falecimento do freguês e candidato a esta Assembleia de Freguesia Fernando Costa, dirigindo as mais sentidas condolências à sua Família.* -----

----- *Natural de Lisboa, Fernando Costa notabilizou-se como guitarrista de fado, tendo acompanhado algumas das figuras maiores da canção de Lisboa, de que se destacam Amália e Celeste Rodrigues, entre outras.* -----

----- *Pessoa afável e de grande disponibilidade para todos os que o abordavam, Fernando Costa estava sempre disponível para ajudar, fosse qual fosse a causa.* -----

----- *Interessado pela vida pública e pelas pessoas, Fernando Costa era um freguês sempre atento à vida da sua Freguesia, tendo mesmo integrado uma lista como candidato autárquico no último ato eleitoral.* -----

----- *Fernando Costa invocou sempre a Família como a sua maior realização, sendo um marido, Pai e Avô extremoso e dedicado.* -----

----- Neste momento de pesar, a bancada do Partido Social Democrata na Assembleia de Freguesia de Santo António — Lisboa presta uma sentida homenagem à memória de Fernando Costa, propondo que da mesma seja dado conhecimento à sua Família. -----

----- Lisboa, 27 de Setembro de 2018 -----

----- A bancada do Partido Social Democrata na Assembleia de Freguesia de Santo António —Lisboa-----”

----- Membro Sónia Costa (PCP) apresentou o seguinte documento: -----

----- **Moção** -----

“----- Sobre Transferência de competências -----

----- 1. A Lei das Finanças Locais (Lei nº 73/2013) alterada pela Lei nº 51/2018 e a Lei da transferência de competências para as autarquias, Lei nº 50/2018, aprovadas no final da sessão legislativa, confirmam a consagração do subfinanciamento do poder local e a transferência de encargos em áreas e domínios vários, colocando novos e sérios problemas à gestão das autarquias e, sobretudo, à resposta aos problemas das populações. -----

----- Não pode deixar de ser considerado, aliás, o conjunto de riscos associados à legislação agora em vigor que, no acto de promulgação, o Presidente da República referenciou: -----

----- a sustentabilidade financeira concreta da transferência para as autarquias locais de atribuições até este momento da Administração Central; -----

----- o inerente risco de essa transferência poder ser lida como mero alijar de responsabilidades do Estado; -----

----- a preocupação com o não agravamento das desigualdades entre autarquias locais;

----- a exequibilidade do aprovado sem riscos de indefinição, com incidência mediata no rigor das finanças públicas; -----

----- O afastamento excessivo do Estado de áreas específicas em que seja essencial o seu papel, sobretudo olhando à escala exigida para o sucesso das intervenções públicas. -----

----- Por si só, o público reconhecimento destes riscos é prova bastante das insuficiências e erradas opções adoptadas na Lei. -----

----- Acresce que, em praticamente todos os domínios, apenas são transferidas para as autarquias competências de mera execução, o que as coloca numa situação semelhante à de extensões dos órgãos do Poder Central e multiplica as situações de tutela à revelia da Constituição, contribuindo para corroer a autonomia do Poder Local. -----

----- 2. A lei considera transferidas todas as competências, prevendo que os termos concretos da transferência em cada sector (educação, saúde, cultura, freguesias e outras) resultará de Decreto-Lei a aprovar pelo Conselho de Ministros — ou seja, um verdadeiro “cheque em branco” ao Governo para legislar em matéria da competência originária da Assembleia da República. -----

----- A partir de 1 de Janeiro de 2021 a Lei considera transferidas todas as competências. -----

----- 3. A apreciação geral sobre o processo, o conjunto de implicações financeiras, humanas e organizacionais, a ausência de conhecimento sobre as matérias a transferir, as condições e as suas implicações (só descortináveis com a publicação de cada um dos Decretos-Lei) conduzem a que, responsabilmente e na defesa dos interesses quer da autarquia quer da população, se não devam assumir, a partir de 1 de Janeiro de 2019, as novas competências. -----

----- 4. No caso da nossa Freguesia uma parte substancial das competências que agora a Lei 50/2018 determina, já são exercidas no âmbito da transferência de competências efetivada pela Reforma Administrativa da Cidade de Lisboa. Contudo, pela aplicação

do disposto no Capítulo IV e em particular no ponto 1, do artigo 38.º, também as freguesias da Cidade irão ter de assumir mais e novas competências, nomeadamente: Instalar e gerir os espaços cidadão, em articulação com a rede nacional de lojas de cidadão e com os municípios. -----

----- 5. Mais, hoje a generalidade das freguesias da cidade reivindicam, e bem, uma reavaliação dos meios técnicos, humanos e financeiros transferidos para a boa execução das competências que têm vindo a assumir, exigindo que a Câmara Municipal de Lisboa priorize essa análise, debata e se empenhe, com as freguesias, no estudo e promoção da aplicação das alterações e ajuste necessários. Ora, tal esforço será naturalmente comprometido se, em 2019, a Câmara Municipal de Lisboa, tiver de assumir, em alternativa, como prioritário e fundamental, o estudo e implementação das suas próprias novas competências. -----

----- 6. Em tempo útil a eleita do PCP solicitou o agendamento de uma assembleia extraordinária com vista à discussão e deliberação sobre esta matéria, uma vez que a lei prevê as autarquias que não pretendam a transferência em 2019 deveriam comunicá-lo à DGAL até ao dia 15 de Setembro de 2018. -----

----- Assim, a Assembleia de Freguesia de Santo António, reunida a 27 de Setembro de 2018, delibera: -----

----- 1 - Manifestar a vontade de não aceitar a transferência de competências em 2019.

----- A Eleita do PCP - Sónia Costa ----- "

----- A Senhora Presidente da Assembleia disse que a eleita do PCP tinha solicitado uma Assembleia extraordinária quando em setembro tinham que fazer uma reunião ordinária. -----

----- Chegara um documento da DGAL, distribuído a todos os Presidentes de autarquia, que iria distribuir mas antes ia ler, dizendo o seguinte: -----

"----- Assunto: Lei-quadro de transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais-----

----- Exmo(a) Sr.(a) Presidente,-----

----- De acordo com orientações da tutela, sobre o assunto supra referido, informa-se que:-----

----- A Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, aprovada pela Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, estabelece no n.º 2 do artigo 4.º que se admite a sua concretização gradual já em 2019 mediante comunicação, até 15 de setembro de 2018, à Direção-Geral das Autarquias Locais, após prévia deliberação dos seus órgãos deliberativos nesse sentido. -----

----- No entanto, como decorre do n.º 1 do mesmo artigo 4.º, em conjugação com o n.º 1 do artigo 44.º, ambos da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, a transferência das novas competências, a identificação da respetiva natureza e a forma de afetação dos respetivos recursos são concretizadas através de diplomas legais de âmbito setorial os quais estabelecem disposições transitórias adequadas à gestão do procedimento de transferência em causa. -----

----- Considerando que estes diplomas não estarão, por força da necessária consensualização com a Associação Nacional de Municípios Portugueses, em vigor em prazo compatível com a data inicialmente admitida de 15 de setembro de 2018, consideram-se as autarquias locais e as entidades intermunicipais dispensadas da comunicação à Direção-Geral das Autarquias Locais a que se refere o n.º 2, do artigo 4.º, da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto. -----

----- Os diplomas legais de âmbito setorial estabelecerão os termos e os prazos para a concretização da transferência das novas competências ainda em 2019 para as

autarquias e entidades intermunicipais que o pretendam, após deliberação dos seus órgãos nesse sentido. -----”

----- **Membro Pedro Ferreira (CDS)** disse que, sobre a moção apresentada pelo PCP, concordava com o articulado. O problema era ser de alguma forma ineficaz face aos prazos já ultrapassados. -----

----- Ao contrário de outras Freguesias, como por exemplo conhecia o Parque das Nações, onde o PCP com os votos do CDS conseguira agendar uma reunião extraordinária e onde essa matéria fora discutida, ali o PCP não tinha entrado em contacto com o CDS, embora fosse difícil na Freguesia de Santo António uma vez que PSD e PS estavam de acordo nessa matéria e seria muito difícil agendar uma Assembleia extraordinária. -----

----- Uma vez que a moção não teria qualquer valor, a não ser o valor político de votarem a favor da vontade de não passar essas delegações, o CDS iria abster-se porque concordava com o articulado, embora entendesse que ela era ineficaz nessa altura. -----

----- Tanto o PS como o PSD no Executivo, sem quererem discutir essa matéria, sem quererem agendar uma Assembleia extraordinária e mantendo-se silenciosos, não poderiam no futuro dizer que essa delegação de competências tinha sido prejudicial, ou que não receberam o envelope financeiro correspondente, ou qualquer coisa. Quem calava consentia e era assim que PSD e PS se manifestaram nessa matéria. -----

----- **Membro Mariana Gomes (BE)** disse que o BE estava de acordo com a moção em todos os seus princípios e argumentos. Subscrevia a moção e iria votar a favor. -----

----- Em relação ao despacho apresentado pela Senhora Presidente da Assembleia, o dia 15 de setembro seria supostamente a data limite para qualquer Junta enviar a informação de não querer a delegação de competências à DGAL. No entanto, não percebera se existiam já novos prazos ou não, supostamente sim, eles não eram concretos. Ainda não existiam esses novos prazos, supostamente aguardavam-se documentos. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** referiu que nos Decretos-Lei setoriais seriam indicados os prazos, era isso que dizia o documento. -----

----- **Membro Mariana Gomes (BE)** disse que a aprovação da moção teria consequências se existissem novos prazos. A Assembleia tinha o direito e o dever de votar essa delegação de competências para o próximo ano e, ainda que tivesse sido essencial ter uma Assembleia extraordinária sobre o assunto, ela não tinha acontecido. No entanto, estavam na Assembleia que era o espaço para discutir e por isso o BE iria votar a favor dessa moção, esperando que fosse aprovada. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a Moção “**Sobre Transferência de competências**”, apresentada pelo PCP, tendo a Assembleia deliberado **rejeitar, por maioria**, com 7 votos contra (PSD e PS), 2 votos a favor (PCP e BE) e 2 abstenções (CDS). -----

----- **Voto de Pesar** -----

“----- *Pelo Falecimento de Helena Lopes da Silva* -----

----- *Faleceu, no passado sábado, dia 8 de setembro, Helena Lopes da Silva.* -----

----- *Nascida em Cabo Verde, fez em Portugal o seu curso de medicina e exerceu a sua atividade profissional como cirurgiã do Serviço Nacional de Saúde e docente universitária. Tendo começado por estudar no Porto, com uma bolsa de estudo, viria a concluir os seus estudos em Lisboa, na Faculdade de Medicina de Lisboa, especializando-se em Cirurgia Geral (1975).* -----

----- *Foi no meio estudantil, ainda no Porto, que iniciou a sua formação política. Ao chegar à capital, foi imediatamente integrada na organização clandestina do PAIGC (Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde) em Portugal.* -----

----- A 3 de maio de 1974, defendeu num encontro de alunos uma proposta de ocupação da Procuradoria dos Estudantes Ultramarinos (PEU), uma estrutura do Regime que tinha como função arregimentar os estudantes africanos contra a independência, contra os movimentos de libertação. A proposta foi aceite e a PEU foi ocupada. Depois, foi transformada na Casa dos Estudantes das Colónias (CEC). Foi eleita uma direcção, que Helena Lopes da Silva presidiu. -----

----- Logo após o 25 de Abril, participou em actividades de mobilização pelo fim da guerra colonial dos estudantes e trabalhadores, tendo integrado a Liga Comunista Internacionalista. -----

----- Helena Lopes da Silva prosseguiu o seu percurso dirigente da luta feminista em Portugal, na criação da Campanha Nacional pelo Aborto e Contracepção (CNAC) ou da organização autónoma de mulheres e na fundação do grupo "Ser mulher". Juntamente com as mulheres da UDP e do MDM, fez várias reuniões sobre a questão dos direitos das mulheres que, na altura, era fundamentalmente sobre o reconhecimento do direito à interrupção voluntária da gravidez. Fez parte dos Movimentos pelo Sim à despenalização do Aborto nos referendos, tendo sido uma das impulsionadoras do movimento Médicos pela Escolha. -----

----- Em 1994, liderou a candidatura do PSR às eleições europeias, tendo sido a primeira cabeça de lista negra nas eleições em Portugal, numa campanha que trouxe visibilidade às questões do racismo e da xenofobia em Portugal e na Europa. Cinco anos depois, foi fundadora do Bloco de Esquerda. -----

----- Em 2015, foi condecorada pelo Presidente da República de Cabo Verde com o Segundo Grau da Ordem Amílcar Cabral. Fazia parte do Conselho de Estado do país. -

----- Assim, a Assembleia de Freguesia de Santo António, reunida em 27 de Setembro de 2018, delibera, ao abrigo do disposto no artigo 9º, n.º2, alíneas i), j) e k) da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro: -----

----- 1. Manifestar a sua profunda consternação pela morte da cidadã socialmente empenhada que foi Helena Lopes da Silva, e exprimir aos seus familiares e amigos, e ao Bloco de Esquerda, as mais sentidas condolências. ----- "

----- A Senhora Presidente da Assembleia disse que a cidadã era uma figura extraordinária, muitíssimo calorosa como profissional da medicina, como tia do Nuno, da medalha olímpica em judo. Nersse caso associava-se totalmente ao voto de pesar pela Helena. -----

----- Tinha ficado muito consternada. Ela era bastante mais nova e não imaginava nada, tinha uma força em que parecia isso nunca vir a acontecer. -----

----- Membro Pedro Ferreira (CDS) disse que não tinha nada a ver com a pessoa em causa, mas faltava a votação dos votos de pesar. -----

----- Membro Mariana Gomes (BE) concordou que os votos de pesar tinham que ser votados, o do PSD também. -----

----- A Senhora Presidente da Assembleia submeteu à votação o Voto de Pesar por Fernando Costa, apresentado pelo PSD, tendo a Assembleia deliberado aprovar, por maioria, com 10 votos a favor (PSD, PS, CDS e BE) e 1 abstenção (PCP). -----

----- Submeteu à votação o Voto de Pesar por Helena Lopes da Silva, apresentado pelo BE, tendo a Assembleia deliberado aprovar, por unanimidade. -----

----- Continuando, disse que tinha um conjunto de respostas a requerimentos que foram sendo entregues ao longo do período anterior. -----

----- Membro Sónia Costa (PCP) disse que se tinha passado consigo uma situação que esperava não voltar a acontecer. -----

----- Tinha dificuldade em imprimir os documentos base para os pontos da ordem de trabalhos que iam discutir e pedira para imprimirem, como era hábito e como diziam ser

possível fazer na Junta de Freguesia. Infelizmente só conseguira os documentos nessa manhã, era extremamente difícil ir à Junta no horário de funcionamento. Se lhe entregassem uns dias antes conseguia.-----

----- Quando ia para ali gostava de ler tudo e parecia-lhe que todos faziam a mesma coisa, não era possível receber os documentos no próprio dia da Assembleia com os pontos todos que tinham, a não ser que não quisessem discutir as coisas seriamente.----

----- **Membro José Manuel dos Santos (PS)** disse que no dia anterior tinha ido à Junta para receber os documentos. Se não tivesse passado pela Junta para levantar o envelope só recebia os documentos no próprio dia. Isso era inadmissível. Era uma Junta, uma autarquia, não podiam andar sempre a brincar com coisas sérias.-----

----- Os documentos tinham que chegar a tempo e horas, era assim que estava previsto. Não podia voltar a acontecer. A culpa havia de ser de alguém, sua não, já não tinha idade para andar a brincar com coisas sérias.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** esclareceu que era a Assembleia ordinária de setembro. Tinha sido proposta uma data em 20 de setembro e fora solicitado um adiamento para 27. Na passada sexta-feira fora-lhe comunicado que todos os documentos estavam prontos e era o limite para os documentos das propostas que se referiam a pontos previsionais.-----

----- Os documentos chegaram na segunda-feira. Na carta que enviara na sexta-feira com a ordem do dia explicava que não tinha recebido os documentos -----

----- Para ser eleito numa autarquia não era obrigatório ter um computador e uma impressora, não era uma condição de candidatura, havia outras mas essa não era.-----

----- Relativamente a alguns pontos da agenda, praticamente para todos porque havia elementos que não tiveram acesso aos documentos com 48 horas de antecedência, diria que a Assembleia estava ferida e que devia ser transferida para uma Assembleia extraordinária no mais breve prazo possível. Mas por Lei tinham que reunir a Assembleia ordinária no mês de Setembro. Gostava de ouvir os Membros da Assembleia.-----

----- **Membro Pedro Ferreira (CDS)** disse que os documentos chegaram todos na segunda-feira às seis da tarde, pelo menos no seu caso. Portanto, estavam dentro do prazo, a não ser que um ou outro fossem previsionais e tivessem que ter mais tempo. Seria muito complicado discutir um e não discutir o outro, seria uma obra impraticável.

----- A legalidade da marcação da Assembleia e da aceitação desses documentos devia ser da Senhora Presidente à anteriori. Entretanto foram lá todos, perderam o seu tempo, e afinal podiam não os discutir, quando poderia ter sido feito à anteriori, de acordo com a Lei e com o Regimento da Assembleia.-----

----- A Presidente da Mesa tinha que assumir as suas responsabilidades e não delegar apenas nos Membros da Assembleia a reponsabilidade por aquilo que pudesse correr bem ou mal.-----

----- O CDS iria nessa matéria abster-se, uma vez que concordava com aquilo que fora referido pela representante do PCP, mas se fosse a votação iria abster.-----

----- Já não era a primeira vez e o seu apelo era que a Senhora Presidente fizesse a avaliação dessas matérias à anteriori, antes de confirmar a marcação da Assembleia.---

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** recordou que algumas reuniões tinham sido canceladas. Estavam na Assembleia ordinária de setembro marcada para 27, para cumprir a Lei.-----

----- Fora transmitido na sexta-feira que os documentos chegavam. Não tinha interlocutor às oito da noite de sexta-feira, nem sábado ou domingo.-----

----- Tinham aprovado um Regimento que era uma figura de estilo. Como era um Regimento da Assembleia e não havia uma correspondência de vivência democrática, de respeito pelo órgão Assembleia, a Assembleia pronunciar-se-ia. -----

----- **Membro Mariana Gomes (BE)** disse que era uma situação lamentável e já não era a primeira vez que acontecia. Ainda assim, precisavam tentar perceber se algum dos pontos era urgente para ser discutido. -----

----- Existia na ordem do dia um protocolo entre a CML e a Junta de Freguesia de Santo António no que dizia respeito à delegação de competências da CPCJ Lisboa Centro. A situação não estava famosa, o trabalho da comissão estava comprometido. Existiam três trabalhadores com seis meses sem receber. -----

----- A justificação da Junta de Freguesia era que a Assembleia necessitava de ratificar o protocolo. Não entendia como o protocolo não tinha sido ratificado anteriormente, devia ter sido feita uma Assembleia extraordinária no verão. -----

----- Estava no documento, no contrato de delegação de competências existiam diversas competências que deviam ser assumidas pela Junta de Freguesia. Até ao momento quase nenhuma delas fora assumida e esse era um assunto urgente que precisava ser tratado na Assembleia. A Junta de Freguesia de Santo António tinha responsabilidade nessa matéria e tinha obrigação de defender essas pessoas e de assegurar que o trabalho da comissão era feito a 100%. -----

----- Não sabia se este ponto poderia ser separado dos outros pontos, como por exemplo a revisão orçamental, o quadro de pessoal. -----

----- Seria importante discutirem o assunto e ver como o poderiam resolver. Sobre isso daria mais tarde outras informações. -----

----- **Membro Sónia Costa (PCP)** No seu caso tinha tirado alguns momentos de lazer, almoços, caminho de metro, mas conseguira ler a documentação. Por ser da área financeira havia coisas que para si seriam relativamente mais fáceis. -----

----- Partilhava das palavras ditas pela Membro Mariana Gomes, havia assuntos muito sérios. Por aquilo que percebera do Orçamento e dos mapas de pessoal, também era relacionado com aquilo que a Membro Mariana Gomes falara. -----

----- Estava mais inclinada para serem discutidos todos os pontos, dado serem de extrema urgência. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** referiu que o protocolo tinha data de 28 de junho. Não fora pedida nenhuma Assembleia extraordinária. Todos aceitariam fazê-la. -

----- **Membro Catarina de Jesus (PS)** disse que derivado à urgência e aceitando todas as palavras da Senhora Presidente da Mesa da Assembleia, mas pela urgência em aprovar o contrato de delegação de competências o que propunha à Mesa, se todos os Membros concordassem, era apenas a votação do contrato de delegação de competências da CPCJ e a revisão orçamental, que uma coisa estava ligada à outra. Não tivera tempo de ler o resto da documentação. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que ainda bem havia pessoas na sala que estiveram na reunião de 3 de setembro com a CML, CPCJ Centro, CPCJ Nacional, gabinete do atual Vereador com esse pelouro e a Junta de Freguesia de Santo António.

----- Talvez pudessem invocar uma série de coisas, a troca de Vereadores, tudo isso, mas só a 3 de setembro houvera disponibilidade da Câmara para reunir e depois da pressão da Junta de Freguesia para tentar resolver esse assunto. -----

----- Legalmente não era possível levar nada à Assembleia de Freguesia porque iam ratificar algo que não servia para coisa nenhuma. -----

----- Iam ali fazer um número com os documentos, que estavam muito preocupados, mas era o gabinete jurídico da Junta de Freguesia que tivera que fazer todo o mapa *step by step* para se poder efetivamente resolver esse problema de uma vez por todas. -----

----- A Assembleia era soberana, caso a Assembleia decidisse discutir e votar o contrato de delegação de competências, o quadro de pessoal e a revisão orçamental, todas ou só essas. Até à reunião do dia 3 de setembro, depois de infrutíferas tentativas de reunir com o gabinete da Vereação em questão (não estava a meter a Câmara toda nisso, estava a separar bem as águas).-----

----- Precisavam de uma carta que ali estava, assumindo que podiam pagar os retroativos, que eram bastantes. As pessoas estavam lá desde março, presumia que não recebessem desde essa altura. -----

----- A Câmara só podia assumir depois da própria CPCJ ratificar a presença das pessoas que estavam a trabalhar, as falhas ou não falhas e a CPCJ assumir que estiveram sempre a trabalhar. -----

----- Caso a Senhora Presidente não soubesse, havia coisas que mudaram mas outras nunca mudaram, uma delas era se pagassem retroativos sem uma justificação cabal o Tribunal de Contas podia pedir para se ressarcir desse dinheiro. Perguntou o que fariam depois. -----

----- Pedia imensa desculpa, podiam ter toda a razão nos envios, mas primeiro deviam perguntar a razão do atraso. Estavam ali os officios, estranhamente a Câmara mandava os officios às 16h42m e às 16h50m estava a ligar a comunicação social. Estranhamente esse caso fora resolvido pelo gabinete jurídico da Junta, porque o gabinete em questão não se tinha chegado à frente. -----

----- Não tirava a razão do resvalo do tempo, não tirava a razão de não conseguirem ler. Pedia desculpa à Membro Sónia Costa, porque no tempo do Membro Domingos Mealha as coisas seguiam de uma forma diferente. Não voltaria a acontecer.-----

----- Se havia coisa que não podiam acusar a Junta de Freguesia de Santo António era de não se preocupar com as pessoas, tanto que tentara resolver problemas pontuais das pessoas que estavam sem receber. -----

----- Não tinha nada a ver com a Câmara, porque quando se faziam outros protocolos as coisas corriam bem, se calhar por inexperiência esse correria mal e era o que devia ter corrido melhor porque metia famílias em risco, pessoas que estavam sem receber para pôr dinheiro em casa. Se calhar por inexperiência fora tratado com leviandade.-----

----- Gostava muito de ter pedido a reunião no dia 29, mas não podia porque o protocolo de delegação de competências não tinha como pagar os retroativos. O gabinete tinha feito zero. -----

----- A Junta tinha mandado uma carta, responderam com outra para que a Junta respondesse em 24 horas, dois dias antes às 16h42m e às 16h50m começaram a tocar os telefones da comunicação social. -----

----- A Senhora Presidente, melhor que todos ali dentro sabia, porque já tinha estado sentada na cadeira da Vereação, que com os procedimentos legais não cumpridos depois a coisa podia correr mal. Se calhar a Câmara só transitara dinheiro depois de ver aprovado em Assembleia Municipal, -----

----- Não era para falar nisso mas quem não sentia não era filho de boa gente e tinha alguma dificuldade em ficar calado nessas coisas. -----

----- A Senhora Presidente da Assembleia disse que o protocolo podia ter ido antes, era de 29 de junho. -----

----- **Membro Pedro Ferreira (CDS)** Pegando na frase do Sr. Presidente “quem não se sente não é filho de boa gente”, era como se sentia como Membro da Assembleia de Freguesia. Na TSF tinha sido dada como responsável pelo atraso no pagamento aos funcionários a Assembleia de Freguesia, quando pelos vistos era da Câmara. -----

----- Não custava nada aos serviços da comunicação da Junta, terem feito um comunicado a dizer que a culpa não era da Assembleia de Freguesia, que só iria reunir

*John
B.*

no dia 27 e que até lá não tivera hipótese de reunir, que era responsabilidade da Câmara e não da Assembleia de Freguesia. -----

----- Relativamente ao pagamento dos funcionários falava na hipótese de ilegalidade no pagamento dos retroativos. Retroativos era uma coisa, aquilo que estava para a frente era outra.-----

----- Via pelas contas bancárias que no dia 13 de junho havia uma transferência de 30 mil euros para a conta da Junta de Freguesia na CGD. Presumia que fosse a tranche da CPCJ. O Senhor Tesoureiro depois poderia explicar melhor.

----- O mais importante disso tudo, tendo a questão da responsabilidade da Assembleia de Freguesia, que não a tinha, era que todos sabiam que por motivos de querer avançar com as coisas de uma forma mais célere e não estar sempre à espera da Assembleia de Freguesia, muitas vezes havia protocolos que começavam em funcionamento antes de serem ratificados na Assembleia de Freguesia. Depois, na Assembleia de Freguesia e numa forma de bastante bonomia, aceitavam ratificar.-----

----- Nesse caso, até pelos valores envolvidos e pessoas envolvidas, admitia que o Senhor Presidente não quisesse fazer dessa forma. Não podia dizer que aceitava para umas não ser cumprida a legalidade e ser diferente para outras. O que entendia era que daí para a frente a Assembleia estava mandatada para, com efeitos retroativos, poder chumbar qualquer protocolo em funcionamento antes da sua ratificação.-----

----- Nesse caso fora cumprido e bem, mas sabiam que por vezes não era assim, por questões de celeridade e porque às vezes as pessoas estavam primeiro, então tinham que avançar antes da Assembleia poder reunir.-----

----- O Senhor Presidente da Junta referiu que 30 mil euros da CPCJ a 7 de julho e segunda tranche a 28. Uma transferência da conta da Junta do Montepio para a Caixa. -

----- Esse tipo de protocolo tinha mexido no mapa de pessoal e revisão orçamental para criação de rubricas que não existiam. Sem as rubricas criadas não se podia fazer nada. Não era só pôr o protocolo em andamento e pagar, tinha que haver uma revisão e abertura de rubricas, mexida no mapa de pessoal, criação de quadro específico. -----

----- Em relação à comunicação social, fora dito e redito tudo aquilo que acabara de dizer. As coisas apareciam escritas ou não, era uma decisão da liberdade do editor e do jornalista. A notícia da TSF só dizia uma coisa, a do Público já explicava mais qualquer coisa, a do Jornal de Notícias já dizia as coisas como elas eram. A TSF ligara sete vezes entre as 16h42m e as 16h50m, fizera a notícia ouvindo aquilo que lhe disseram e escrevendo com a liberdade que a democracia dava. O Público fazia de uma forma diferente e o Jornal de Notícias fazia outra.-----

----- Membro Catarina de Jesus (PS) disse que o protocolo tinha sido assinado a 28 de junho, aprovado na Assembleia Municipal a 19, a primeira tranche a 7 de julho e o impedimento que havia era dos retroativos anteriores à data de assinatura do protocolo. Portanto, se o Executivo tivesse tomado diligências para existir uma Assembleia de Freguesia extraordinária em inícios de julho, esse problema deixava de existir, já tinham o contrato assinado, havia uma ratificação e as pessoas a partir desse momento podiam começar a receber assim que chegasse a tranche.-----

----- A questão que se colocava era por que razão o Executivo não tomara as diligências necessárias para resolver a situação dessas pessoas que estavam altamente desmotivadas. Estavam a falar de 600 crianças, a CPCJ Centro eram nove Freguesias e as pessoas estavam a trabalhar em condições sub-humanas, não recebiam, quando essa situação já podia ter sido regularizada antes. Os retroativos resolviam-se depois.-----

----- Membro João Neves (PSD) Tinha-se falado numa substituição de vereadores e tentara escrever no google “CML troca vereadores”, sendo que ele escrevia sempre “troca varredores” e, portanto, não conseguira descobrir quem era o Vereador anterior e

o novo que provocara esse atraso. Era só isso que queria perguntar, porque não tinha percebido. -----

----- A Senhora Presidente da Assembleia referiu que tinham recebido os documentos com as propostas não assinadas. Só tinha recebido nesse dia um dossier com as propostas assinadas. Isso era completamente fora das normas, os documentos de alterações orçamentais e outros não tinham assinaturas, eram anónimos. Perguntou por que razão não se assinavam os documentos que iam para discussão na Assembleia.-----

----- Membro Pedro Ferreira (CDS) disse que era insuspeito de defender o Executivo e o PSD, mas o processo de intenção que a Senhora Presidente fazia de que os documentos não assinados poderiam ser diferentes dos que estavam assinados, o CDS não podia caminhar essa estrada e aceitava que os documentos assinados fossem iguais aos que tinham não assinados. O futuro diria, mas não lhe passava sequer pela cabeça que uma coisa dessas pudesse acontecer. Nessa matéria estavam em total desacordo.---

----- A Senhora Presidente da Assembleia disse que pedia muita desculpa se interpretaram dessa maneira. O que referia era uma negligência relativamente à Assembleia. Não estava a insinuar, nem isso lhe permitiria estar sentada naquela cadeira, se alguma vez lhe passasse pela cabeça que os documentos podiam ser mudados. -----

----- Membro João Neves (PSD) Basicamente, atualmente, enfiar uma assinatura digital até num extrato bancário pouco ou nenhum valor legal tinha. O que contava para efeitos legais era o documento efetivamente firmado. Estar a pedir para digitalizar em cima com uma assinatura, o valor daquilo era residual.-----

----- Claro que partilhava da opinião do CDS e regozijava-se com o facto dele estar a defender o PSD, devia ser loucura do calor, mas compreendia que era um trabalho administrativo que não garantia de nenhuma forma, a não ser que tivessem o documento efetivamente assinado com tinta e o comparassem lado a lado.-----

----- Membro Sónia Costa (PCP) disse que o PCP considerava nesse caso que era importante discutir os temas do que estava em jogo e justificado, mas também queria deixar o alerta de que não aceitaria a repetição de situações desse tipo.-----

----- As legalidades existiam por algum motivo, não eram propriamente para enfeitar documentos. O Regimento que existia era para ser respeitado, não era uma peça decorativa, se bem que não tivesse que estar a defender a Senhora Presidente nem o CDS. -----

----- A Senhora Presidente da Assembleia submeteu à votação a discussão do ponto 1 da ordem do dia, tendo a Assembleia deliberado aprovar, por maioria, com 10 votos a favor e 2 abstenções.-----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

----- Ponto 1 - Apreciação, discussão e votação da Proposta n.º 126/2018, relativa à primeira revisão orçamental do Orçamento da Freguesia de Santo António para o ano de 2018;-----

----- A Senhora Presidente da Assembleia informou que desde a última reunião tinha mudado o Tesoureiro do Executivo.-----

----- Quando o Executivo se alterava com pessoas que saíam para a Assembleia tinham que ir ali, mas dentro do Executivo mudar de funções, tinha essa liberdade. Se calhar aí as assinaturas davam jeito, do Presidente, do Tesoureiro, para se perceber que a proposta de revisão correspondia já à vigência do atual Tesoureiro, o Rodolfo Knapic

----- Membro Pedro Ferreira (CDS) disse que não sabia da alteração do Tesoureiro mas não tinha ficado mal da parte do Executivo uma explicação quando se mudava alguém da importância do Tesoureiro.

----- Talvez fosse bom perceber a razão da mudança. Se eram razões pessoais ou outras razões, de estratégia, de separação de partidos, o PSD andava em alguma agitação. -----

----- Tinha conhecimento das habilitações e do currículo do anterior Tesoureiro para a função, com todo o respeito que lhe merecia o atual Tesoureiro. -----

----- Em relação à revisão orçamental, não seria difícil aos serviços da Junta enviar isso em ficheiro de excel, com uma coluna do orçamentado e uma coluna do executado, Assim poderiam perceber que coisas estavam a mexer. Para 48 horas antes era um trabalho impossível de praticar. -----

----- Quanto à reconciliação bancária, apareciam-lhe vários nomes que certamente por ignorância sua não conhecia algumas pessoas que ali estavam, com vencimentos que lhe pareciam de alguma forma elevados para a realidade nacional. -----

----- Depois havia outros, como o tal Diogo Faria que presumia ser o Diogo Supico Faria, porque aparecia cinco vezes o Diogo Faria e quatro vezes Diogo Supico Faria. Calculava que fosse só uma pessoa, a menos que fosse uma coincidência. Se fosse um único tinha um ordenado por mês que lhe levantava algumas questões, mas com certeza seria matéria facilmente explicável. -----

----- Agradecia o envio dos extratos dos depósitos, mas se fossem ver, talvez 70% dos movimentos não se detetavam através da leitura do extrato, porque era caixa direta, podia ir para onde quisessem. -----

----- O extrato em si não lhe dizia nada quando 70% ou 80% dos movimentos eram caixa direta. Não se conseguia descortinar através dos extratos as movimentações que supostamente deveriam estar a conseguir avaliar, sendo matérias muito importantes. ---

----- A questão da CPCJ parecia ser um pouco o “cavalo de Tróia” da revisão orçamental. Tinha que haver de facto uma revisão pela CPCJ mas depois introduziam-se outras alterações. -----

----- Uma vez que o CDS tinha votado contra o Orçamento e continuava a entender que havia alguma opacidade na forma como era apresentada a revisão orçamental, o voto continuaria a ser o mesmo. -----

----- **Membro Sónia Costa (PCP)** Os documentos enviados não tinham uma sequência e tinha feito um puzzle, a tentar perceber o que era de um ponto e de outro. Os ficheiros podiam ir em formato digital mas pedia que tivessem alguma consideração. -----

----- Do pouco que percebia de contabilidade, mais ou menos conseguira, mas não podia deixar de referir algumas coisas. O CDS tinha referido um ponto que achava importante, deviam ter os desvios muito mais identificados e com uma série de informação que não estava ali. -----

----- Tinha pouco tempo na Assembleia e decidira ir à página da Junta ver o que fora aprovado em termos de Orçamento que iam retificar e não encontrara. A mesma coisa com as Contas de 2017. Para quem queria fazer comparações e análises era uma coisa que exigia no mínimo uma certa transparência no site. -----

----- Entendera que deviam discutir esse ponto partindo do pressuposto que tudo aquilo que o Membro do CDS falara em termos de extratos bancários, aquela informação imensa que dava para estarem um mês a analisar, seria a informação apresentada relativamente ao primeiro semestre, sendo que a modificação ao Orçamento, perguntava se estavam a falar de uma alteração que tinha a ver com o aumento da receita, 60 mil euros por causa da CPCJ e 60 mil euros mais 41 euros e qualquer coisa de outras rubricas. Se quando estavam a falar do aumento de 60.041 estavam a falar da CPCJ e das despesas inerentes a isso e 41 euros eram de outras coisas. Perguntou se era disso que estavam a falar, tanto nas receitas como nas despesas. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** disse que com certeza não seria só essa alteração, porque relativamente à Universidade Sénior tinha 11 mil euros no Orçamento aprovado ali e aparecia com 8200. Portanto, havia mais alterações. -----

----- **Membro João Neves (PSD)** disse que alguns países do sul da Europa tinham uma regra: quando soprava o siroco quente do norte de África as pessoas não tomavam decisões. Era a única explicação que arranjava para ver o PCP de acordo com o CDS. -

----- Queria só pedir que independentemente de achar meritório e transparente a atenção de mostrar os extratos bancários todos, que transformassem isso num fórum de auditoria, ou então chamavam ali a KMG e eles iam descascar todas as transferências bancárias. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** pediu que não levassem para a revisão orçamental a comunicação das contas do primeiro semestre. -----

----- **Membro João Neves (PSD)** disse que não estava a falar no contexto da aprovação das contas. Estava a falar no contexto mais geral, porque havia ali pessoas que não eram da profissão. -----

----- **Membro Mariana Gomes (BE)** Sobre o ponto em análise, não conseguira analisar o documento da mesma forma que os Membros do CDS e do PCP conseguiram. -----

----- Quando os pontos eram anunciados seria importante e esclarecedor que a Junta fizesse uma introdução ao ponto para perceberem porque razão as alterações eram apresentadas. -----

----- O BE tinha votado contra o Orçamento, não entendia e gostava de ser esclarecida se a alteração era só referente à questão já levantada pela Membro do PCP ou não. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que mudavam 60 mil euros que entrariam na Junta para criação de rubricas da CPCJ, pagamento de ordenados e despesas administrativas. -----

----- Parecia-lhe que estavam a confundir duas coisas. Uma coisa era a alteração orçamental, uma gestão que a Junta fazia, tirava dinheiro de umas rubricas e punha noutras, era o normal e acontecia em todos os executivos. Outra coisa era uma revisão orçamental, a criação de receita ou a retirada da mesma, com influência no valor final aprovado no Orçamento inicial. Estavam a misturar as coisas e não deviam ser misturadas -----

----- O contrato de delegação de competências transportava 60 mil euros a mais da previsão que estava anteriormente declarada e tinha que ir obrigatoriamente à Assembleia. Não era uma previsão de receita, era uma receita consignada, tinham esse dinheiro porque havia um contrato assinado. -----

----- A revisão orçamental eram os 60 mil euros, se não fosse a necessidade de colocar rubricas dentro do mapa de pessoal, dentro do Orçamento, não iam tratar de uma revisão orçamental. -----

----- Os 41 euros eram porque tinham que criar rúbricas e colocava-se um valor para abrir. Isso era uma questão que estava nos livros técnicos. No final seriam apresentadas as Contas. -----

----- **Membro Catarina de Jesus (PS)** disse que a revisão orçamental que estavam a aprovar eram os 60 mil euros, modificações do orçamento da receita. Perguntou pelas modificações no orçamento da despesa, se tinham sido criadas inúmeras rubricas para a CPCJ. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** referiu que as alterações orçamentais eram atos de gestão do Executivo. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** disse que tinham explicado ser necessário para fazer face às despesas da Universidade Sénior. Como tinham deixado na Assembleia em negociação uma parceria com a Paróquia, perguntava como seria

possível acomodar as despesas de professores e a parceria com a Paróquia diminuindo a receita. -----

----- O Senhor Presidente da Junta disse que as alterações estavam expostas num quadro. Acontecia que eram atos de gestão do Executivo e o enquadramento das despesas que tinham com a Universidade Sénior cabia ao Executivo, havia necessidade de menos despesa e retirara-se, no final do ano veriam os valores que se apresentavam.

----- Membro Pedro Ferreira (CDS) disse que as pessoas tinham que perceber a existência de dois planos na análise de uma revisão orçamental. Uma era o plano da legalidade, que ninguém punha em causa a legalidade de se retirar de A para pôr em B. Outra coisa era a legitimidade política para fazer essa alteração. -----

----- O Orçamento tinha sido aprovado com os votos de algumas forças partidárias, felizmente não do CDS. Essas forças partidárias, especialmente aquelas que votaram a favor do Orçamento, tinham a legitimidade política de saber porque se tirava de A para dar a B, ou de C para D. Era uma questão de legitimidade política dos eleitos e não de legalidade, que essa ninguém colocava em causa e estava cumprida certamente. -----

----- Membro Sónia Costa (PCP) disse que assim sendo, apesar de terem votado contra o Orçamento, nesse caso específico e porque só tinha a ver com essa questão iria votar a favor da alteração. -----

----- A Senhora Presidente da Assembleia, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Revisão Orçamental – Proposta 126/2018**, tendo a Assembleia deliberado aprovar, por maioria, com 9 votos a favor (PSD, PS e PCP), 2 votos contra (CDS) e 1 abstenção (BE). -----

----- Membro Mariana Gomes (BE) disse que queria fazer uma declaração de voto, sendo que a enviaria por escrito à Mesa da Assembleia. -----

----- Apesar de aparentemente a revisão ser só no que dizia respeito à CPCJ, o BE votara esse documento contra no passado e estavam a votar novamente ainda que com essa alteração, estavam a votá-lo na generalidade. Por isso nesse caso absteram-se. ---

----- **Ponto 2 - Apreciação, discussão e votação da Proposta n.º 84-A/2018 referente à ratificação do Contrato de Delegação de Competências celebrado entre a o Município de Lisboa e a Freguesia de Santo António no âmbito do apoio logístico, financeiro e administrativo a prestar à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens - Lisboa Centro - ora sedeadada na área geográfica da Freguesia de Santo António;-**

----- Membro Mariana Gomes (BE) recordou que sobre esse assunto já muita coisa tinha sido dita, ouviram uma justificação por parte da Junta de Freguesia. Talvez fosse interessante fazer uma audição sobre esse assunto, uma vez que existiam tantas versões contraditórias acerca desse assunto. -----

----- Ainda assim, o que estava em causa não eram só os salários dos três trabalhadores. No contrato de delegação de competências falava no mínimo de um funcionário administrativo, assim como o apoio jurídico. Pelo que sabia tinha havido reuniões com essas três pessoas, não haveria ainda contratos escritos no que dizia respeito às suas funções e ligações laborais à Junta de Freguesia, mas havia acordos verbais sobre esses contratos. Aliás, perguntava se o tipo de contratos referentes às três pessoas que asseguravam as funções da CPCJ, estariam também asseguradas nesse documento. -----

----- Não eram só os salários que estavam em causa. No que dizia respeito por exemplo a telefones fixos e móveis que ainda não existiam, o e-mail institucional, ainda não havia fundo de manuseio, os computadores estavam sem manutenção. Inclusivé os funcionários tinham que se revezar cada vez que queriam usar os computadores disponíveis. -----

----- Disse que o BE iria aprovar o acordo, era importante que ele fosse aprovado o mais brevemente possível para que as funções da CPCJ pudessem ser regularizadas. Tinha a

certeza que tanto a direção como os funcionários afetos à comissão fizeram tudo para que o trabalho da CPCJ não falhasse. Por isso também tinha que agradecer a essas pessoas, que durante seis meses não tivessem recebido o respetivo salário e continuando a trabalhar arduamente para que o trabalho da comissão fosse feito. -----

----- Sobre o passado gostava, e tinha a certeza que a Assembleia também, de perceber efetivamente o que tinha acontecido, a razão do processo se atrasar dessa forma. -----

----- Uma vez que o Senhor Presidente tinha falado nisso e demonstrado vontade em mostrar as provas, talvez fosse importante perceber os pedidos de reunião que aconteceram ao pelouro da CML e à direção da CPCJ e que fosse discriminado um documento para perceber em que datas aconteceram as coisas, quando o dinheiro tinha sido enviado, quando o protocolo fora assinado, etc. Inclusive se não tinha havido pedidos de contacto entre as três entidades, CPCJ, CML e Junta de Freguesia. -----

----- Perguntou quando seriam pagos os retroativos, já tinham essa aprovação, e se passariam já a receber o salário de setembro adiante. -----

----- **Membro Catarina de Jesus (PS)** referiu que já muitas coisas tinham sido ditas mas queria deixar um resumo do que achava em relação a toda essa situação, independentemente das justificações que o Executivo já dera por não pagar até à presente data. -----

----- A proposta tinha sido aprovada em Assembleia Municipal no dia 19 de junho, o contrato de delegação de competências assinado no dia 28. Desde essa data até ao momento passaram três meses. Entretanto, no seu entender, era inconcebível o Executivo não ter tomado diligências para que a situação se resolvesse. Mesmo o facto de achar que não tinha condições para fazer o pagamento dos salários atempadamente aos funcionários, as condições mínimas de trabalho deviam ter sido asseguradas. Foram asseguradas pelas anteriores Juntas de Freguesia até irem para Santo António e não tinham recebido mais valor por isso. -----

----- A Junta de Freguesia de Santo António ao acolher a CPCJ, a partir desse momento tinha que ter criado condições de trabalho para as pessoas poderem fazer o seu trabalho da melhor forma, até porque estavam a falar de crianças de risco e que precisavam de ser acompanhadas constantemente. Se as pessoas não tinham o mínimo de condições de trabalho não andavam motivadas e podiam não facultar o melhor trabalho e aquilo que sabiam fazer. -----

----- A Junta tinha que dar todas as condições necessárias de trabalho e estavam a falar de economato. As pessoas não tinham economato, não tinham meios para trabalhar. Portanto o Executivo, mesmo não podendo pagar os retroativos e iria pedir que entregassem à Mesa da Assembleia o justificativo por não terem feito anteriormente, podia ter marcado uma Assembleia de Freguesia extraordinária em inícios de julho e começar a pagar os ordenados a esses funcionários a partir dessa altura, depois regularizavam a situação dos retroativos. Isso para as pessoas não estarem tantos meses a trabalhar sem ordenado. -----

----- Com tudo aquilo que se passara não podia deixar de dizer que tinha algumas dúvidas se a Junta de Freguesia de Santo António teria capacidade para acolher e gerir a CPCJ, até porque mesmo o histórico dos contratos de delegação de competências que a Junta recebera anteriormente não era muito favorável. Não foram cumpridos alguns contratos e não sabia se a Junta teria competência para receber e levar esse contrato de delegação de competências até ao fim. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que, em relação à capacidade de gestão do Executivo, era normal o “bicho papão” e percebia, mas tinha confiança no Executivo e na equipa que liderava. -----

*Ant
B.*

----- Sobre o que se passava nas anteriores Juntas com a antiga CPCJ não iria falar, porque não era consigo, mas denotava uma falta de informaçãoo levar esse assunto para a mesa. -----

----- Havia uma reunião extraordinária do Executivo no dia seguinte para começar a resolver essa situação e no tempo mais célere possível pagar os retroativos e começar a pagar o normal. No entanto, a grande ajuda do BE tinha sido abster-se e não tomar parte na decisão da aceitação dos 60 mil euros. -----

----- Continuava a achar que a equipa que liderava tinha capacidade para fazer mais e melhor, se corra mal iria correr melhor. -----

----- **Membro Mariana Gomes (BE)** disse que podiam estar a votar uma alteração mas estavam a votar também o Orçamento na sua generalidade, o mesmo documento que votaram meses atrás mas com essa alteração. Não implicava que estivesse contra o acordo de delegação de competências e contra a possibilidade da CPCJ fazer o seu trabalho na Freguesia. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que assumia todos os seus erros e em nome do gabinete de Vereação do BE pedia desculpa às pessoas que estavam sem receber ordenado por causa de uma confusão da Câmara. Eram três pessoas, por erros dos outros. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta n.º 84-A/2018 referente à ratificação do Contrato de Delegação de Competências celebrado entre a o Município de Lisboa e a Freguesia de Santo António no âmbito do apoio logístico, financeiro e administrativo a prestar à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens - Lisboa Centro - ora sedeada na área geográfica da Freguesia de Santo António, tendo a Assembleia deliberado aprovar, por unanimidade.** -----

----- **Ponto 3 - Apreciação, discussão e votação da Proposta n.º 123/2018, referente à 2ª alteração do mapa de pessoal da Freguesia de Santo António;** -----

----- **Membro Pedro Ferreira (CDS)** disse que continuava a solicitar que o Executivo fornecesse um mapa de pessoal detalhado, quem fazia o quê, quem ganhava quanto,...

----- A questão da proteção dos dados era duvidosa, mas já se oferecera para ir à Junta consultar esse mapa *in loco*, sem fazer cópias e sem levar para casa. Era uma questão que fazia falta. -----

----- Sobre o mapa de pessoal a posição do CDS continuaria a ser a mesma enquanto não tivessem todos os dados necessários para avaliação cabal do mesmo. -----

----- **Membro Mariana Gomes (BE)** confirmou o que fora dito pelo CDS. Dito isso, a sua única pergunta era se já tinham alguma informação sobre se os contratos das três pessoas que acrescentaram ao quadro seriam a tempo inteiro ou meio tempo. -----

----- Fazer essa pergunta não implicava que fosse aprovar, pelas mesmas razões que dissera anteriormente. -----

----- **Membro Sónia Costa (PCP)** disse que justificaria depois a votação mas só queria fazer algumas perguntas. -----

----- Tinham os lugares previstos em relação ao último quadro em mais 24 pessoas. Três iam pela CPCJ, depois tinham dois na área da informática e gostaria de saber se eram pessoas novas, se estavam noutros departamentos, se eram anteriores avençados em situação precária. Na área da cultura verificava-se haver já cinco pessoas, presumia que esses já estariam efetivamente a trabalhar ou iriam começar a trabalhar. -----

----- O quadro de pessoal estava a aumentar o número de trabalhadores, o que teria a ver com a regularização das situações. Era isso que queria ver esclarecido, Se fosse nesse sentido, tinham votado a favor do outro quadro de pessoal e votariam a favor do

apresentado porque tinha em conta o aumento do número de trabalhadores com situações regularizadas. -----

----- **Membro Catarina de Jesus (PS)** disse que a sua dúvida era em tentar perceber que tipo de alterações existiam no quadro de pessoal. Inicialmente pensava que era só o incremento das três pessoas a trabalhar na Comissão, mas tinham mais 21 pessoas. Perguntou se as três pessoas da Comissão estariam a contrato e solicitou que especificassem um a um as outras 21 pessoas, se fosse possível. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** perguntou, relativamente ao previsto e ocupado, se era necessária uma previsão tão ampla. Estavam sempre a rever o mapa.---

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que isso decorria das alterações à Lei da Assembleia da República. Era uma questão previsional. -----

----- Esclareceu que os contratos seriam a tempo inteiro, normal. -----

----- Quanto à informática, não existia esse departamento. Iam à bolsa de trabalhadores do Estado para tentar buscar e, caso não houvesse, teriam que os contratar. -----

----- Com as alterações da Lei, e muito bem, mesmo para contratar em *part-time* tinham que ter vagas no quadro. Iriam ter alguém em *part-time* a trabalhar com contrato, não era a recibos verdes. Cada dois *part-times* correspondiam a um posto de trabalho. -----

----- Para não recorrerem a *out sourcing*, reunira-se o Executivo com o departamento jurídico e acharam que a melhor maneira era a criação de lugares mesmo para os *part-times*. -----

----- Um exemplo de *part-time* na Junta de Freguesia eram as férias grandes, o antigo Praia/Campo. Contratavam monitores apenas para aquele mês e meio, com as questões legais todas efetuadas, os procedimentos, tudo, mas a contrato, sem recibos verdes. A informática era uma questão que não tinham e precisavam para deixar de recorrer ao *out sourcing*. -----

----- Os cinco na cultura eram exatamente para cobrir férias de Natal, férias grandes, férias de carnaval. Eram os monitores contratados nos tais *part-times*. Já não podia recorrer a contratar alguém sem ter uma vaga no quadro. -----

----- Não gostava de recorrer a empresas, gostava de pessoas que trabalhassem diretamente, principalmente no domínio tão sensível dos idosos e dos miúdos. Se corresse mal com uma empresa tinha que falar com a empresa, não havia um contacto direto; assim se corresse mal a responsabilidade era sempre da Junta. -----

----- Na limpeza urbana era preciso um incremento, até para defesa da honra da Câmara e da Junta no combate àquilo que era o flagelo do lixo. A sociedade estava um pouco virada ao contrário, sabia haver regras e não as cumpria, também porque havia um grande sentimento de impunidade. Havia uma irresponsabilidade que podiam apontar à falta de civismo de algumas pessoas, mas se calhar à falta de regras que o turismo estava a fazer sentir. -----

----- Era quase humanamente impossível para a equipa a passar, a apanhar e uma hora depois estar cheio. Havia sempre alguém que deitava algo fora do sítio. Os ecopontos enterrados foram uma excelente ideia, mas se fossem dez em vez de cinco a porcaria era a mesma, porque as pessoas chegavam ao ponto de nem sequer abrir a tampa. -----

----- O aumento era o número mais aproximado para fazer face àquilo que aí vinha, com algum tempo de atraso. A taxa turística já devia estar a ser implementada nisso. Iriam aceitá-la de bom grado e trabalhar para serem melhores. -----

----- A situação de números previstos e números ocupados era exatamente essa, tinham que ter uma previsão para que as coisas corresse a 100%, mas podia dizer que o trabalho da equipa da limpeza urbana era quase herculeo. -----

----- A Câmara com o Vereador Duarte Cordeiro estava a pensar e muito bem em não colocar dias de descanso, fazer rotatividade. Lisboa não se compadecia com um dia de

*Adm
B.*

não recolha. Domingo para segunda era um caos, porque as pessoas punham o lixo lá fora na mesma. -----

----- Ainda não se falava da integração de ninguém e já a Junta tinha procedimentos concursais abertos. -----

----- A Senhora Presidente da Assembleia disse que tinha as propostas assinadas no dossier e podia dizer que essa proposta tinha sido aprovado em Executivo no dia 24, segunda-feira, distribuir na sexta era uma quimera. -----

----- Seguidamente, submeteu à votação a **Proposta n.º 123/2018, referente à 2ª alteração do mapa de pessoal da Freguesia de Santo António**, tendo a Assembleia deliberado aprovar, por maioria, com 5 votos a favor (PSD e PCP) e 7 abstenções (PS, CDS e BE) -----

----- **Ponto 4 - Aprovação, discussão e votação da Proposta n.º 125/2018 referente à celebração de Protocolo entre o Município de Lisboa e a Freguesia de Santo António, para cedência de veículo pesado de carga elétrico;** -----

----- O Senhor Presidente da Junta disse que a história da carrinha resumia-se a três linhas: Primeiro ligavam da Câmara a dizer que em tal dia tinha que assinar o protocolo para receber a carrinha, assinaram e a carrinha ficara lá, uns dias depois chegara a carrinha. Tinha sido feito tudo ao contrário. A partir do momento em que tinham a carrinha, precisavam dela e puseram-na a trabalhar, havia autorização da Mitsubishi. Era um consórcio e dava os parabéns ao Vereador Duarte Cordeiro, que das oito ou onze cidades europeias a única tomada pública da situação era a Cidade de Lisboa. -----

----- A Senhora Presidente da Assembleia referiu que devia ser no âmbito da Semana da Mobilidade. -----

----- O Senhor Presidente da Junta disse que a coisa estava a funcionar, a carrinha era boa. Ficara a saber que, apesar de estarem contentes, eram as cobaias reais da coisa. Fizera 120 mil quilómetros em testes e estava a ser posta à prova, só dentro de dois ou três anos saía para o mercado. -----

----- A Senhora Presidente da Assembleia perguntou qual era a expectativa da vigência da bateria. -----

----- O Senhor Presidente da Junta disse que eram umas baterias feitas com a Tesla, estava muito à frente. -----

----- Membro Sónia Costa (PCP) disse que no ponto 11 do protocolo constava o seguinte: -----

----- “Importa dar a estas entidades mecanismos que visem a prossecução de uma política de desenvolvimento sustentável com foco nas freguesias que possuam maior número e maior pressão turística”. -----

----- Esperava que não dividissem depois a Freguesia em duas partes e que limpassem mais a parte onde passava mais turismo. -----

----- A Senhora Presidente da Assembleia, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta n.º 125/2018 referente à celebração de Protocolo entre o Município de Lisboa e a Freguesia de Santo António, para cedência de veículo pesado de carga elétrico**, tendo a Assembleia deliberado aprovar, por unanimidade. -----

----- **Ponto 5 - Apreciação, discussão e votação da Proposta n.º 121/2018, referente à celebração de protocolo de colaboração entre a Freguesia de Santo António e Carla Marina Teixeira Pinto Gaspar Duarte — InPsicologia;** -----

----- O Senhor Presidente da Junta disse que a alteração da Lei das Necessidades Educativas Especiais, no seu entender e no entender de vários professores visava, se calhar não de propósito, dizer que não havia problemas e tratar todos por igual. Percebia

isso, mas havia miúdos que precisavam de ajuda diferenciada para ter as mesmas oportunidades que os outros. -----

----- Esse protocolo iria permitir, entre outras coisas, ter um projeto de apoio a disponibilizar às crianças da Freguesia com serviços especializados em psicologia, terapia da fala, pedopsiquiatria, fisioterapia e outros, para chegar à população escolar mais sensível ou com dificuldades temporárias de aprendizagem e de comportamento. -

----- O projeto destinava-se a todas as crianças mas daria a sua primazia a quem necessitasse de intervenção na saúde e na educação, pois havia especialidades que existiam no privado a preços quase proibitivos. Estavam a falar de 90 euros por consulta e o Sistema Nacional de Saúde, infelizmente, ou não tinha as especialidades ou a fila de espera chegava a um ano letivo, o que era muito tempo para uma família com esse problema. As consequências eram devastadoras, o futuro dessas crianças podia ser hipotecado. -----

----- Quem tinha o poder e a honra de poder tomar essas decisões em conjunto com especialistas da área e transformá-lo num farol de abertura e de guia para as crianças que necessitavam devia agir. Era isso que se pretendia com o protocolo, a criação de um espaço para ajudar a suprir as necessidades identificadas no Ministério da Educação. ---

----- A necessidade educativa especial era um termo que já tinha caído em desuso e a Doutora Sara Amâncio sabia bem, mas existiam meninos que tinham necessidades educativas especiais. Assumiam esse papel porque sabiam o défice existente do outro lado. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** perguntou se as salas que serviam as crianças da Freguesia não tinham na própria sala apoio para as necessidades educativas especiais, por exemplo para as crianças que tivessem paralisia, e se existiam crianças com paralisia cerebral.-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** respondeu que nas escolas não, mas existiam na Freguesia. Poderiam ter um apoio extra dentro da Freguesia. -----

----- Disse que tinha um sobrinho com paralisia cerebral, a quem fora diagnosticado três anos de vida. Tinha 19 anos, estava numa cadeira de rodas, quem olhasse para ele e se estava quieto não se notava nada. Quando se mexia, a motricidade dele, se não fosse a capacidade que a sua irmã tinha de poder ter alguém e pagar, ele não tinha. -----

----- Tinham uma funcionária com um menino que, por causa de uma meningite em pequeno, ficara com paralisia cerebral e estava num centro educativo, a LAFID, mas não havia vagas para todos.-----

----- Havia oito salas em São José, mais quatro na Ducla e dois JI. Não haveria uma única turma que não tivesse alguém referenciado, não era como necessidade educativa especial, mas a precisar de apoio extra. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** perguntou se não era na própria escola a consulta. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** explicou que era diagnosticado por um professor das necessidades educativas especiais, que depois encaminhava para o centro de saúde, depois para o médico de família. Havia uma série de trâmites e a psicóloga que ali tinham já trabalhava em conjunto com a escola. Era um projeto criado de raiz, os meninos eram identificados, ela era da Ordem dos Psicólogos, fazia os relatórios.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** perguntou se o contacto desses profissionais com as crianças não era no espaço escola. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que era, mas depois não havia solução. O Professor Zé não tinha mãos a medir, tinha que dividir tempos. Não havia meios humanos nas escolas do País para combater isso. -----

----- **Membro Pedro Ferreira (CDS)** disse esperar sinceramente que estivessem a estudar e a discutir esse protocolo e que não estivesse ninguém a fazer nada dessas atividades, ou as pessoas da CPCJ sentir-se-iam melindradas com isso. -----

----- A Junta já tinha feito um protocolo, aprovado na Assembleia, de neuropsicologia.

----- O que lhe parecia era que tentar meter o Rossio na Betesga nunca era boa solução. Percebia que a Junta quisesse ajudar o seu freguês, mas tentando ir a todas acabava-se por não fazer bem coisa nenhuma. Essa era apenas uma opinião de política de gestão.--

----- Relativamente ao protocolo, gostava de perceber o custo para a Junta. Tinham uma tabela de preços de acordo com o rendimento do agregado familiar e tinham o valor da consulta através do protocolo. Perguntou se a diferença era suportada pela Junta ou se a Doutora Psicóloga trabalhava a bem da comunidade e fazendo esses descontos. Para haver esse acordo presumia que a diferença do valor tabelado pelos médicos psicólogos e aquilo que as pessoas pagavam seria por participação da Junta.-----

----- A ser assim teria que haver limites, porque imaginassem que disparava o número de consultas, era uma despesa não orçamentada que poderia estragar o Orçamento. No mínimo a Junta participava até um valor por ano. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que se assim fosse estaria vertido no protocolo.-----

----- A Junta cedia as instalações; quem tinha mais de 6004 euros pagaria diretamente à InPsicologia 16 euros. De alguma forma estava identificado que era freguês e os fregueses tinham direito a isso. Chamava-se política de responsabilidade social dos privados, também existia.-----

----- Sabia que se calhar para o CDS era complicado perceber que alguém se dava, mas acontecia. Quem fosse de fora da Freguesia tinha uma tabela, quem fosse da Freguesia tinha outra. Discriminar positivamente os da Freguesia.-----

----- **Membro Pedro Ferreira (CDS)** disse que então era zero de participação. Ficava em ata. -----

----- **Membro Sónia Costa (PCP)** disse que também concordava em que nem todo o trabalho tinha obrigatoriamente que ser remunerado e sobre isso podia falar bastante, apesar de em termos de voluntariado não partilharem da mesma noção. De qualquer forma não achava que isso fosse voluntariado. -----

----- Não sabia se era uma psicóloga individual, se era uma empresa. A Senhora podia ter a causa dela, mas teria a sala dela e ganhava uma coisa que também tinha valor e que não estava explícita em dinheiro, que era divulgar esse serviço nos meios de informação. -----

----- Não conseguia perceber se a Senhora ficava a ganhar muito ou pouco, tendo em conta a escala de rendimentos, se houvesse muitos no escalão mais baixo

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta n.º 121/2018, referente à celebração de protocolo de colaboração entre a Freguesia de Santo António e Carla Marina Teixeira Pinto Gaspar Duarte — InPsicologia**, tendo a Assembleia deliberado aprovar, por unanimidade. -----

----- **Ponto 6 - Comunicação trimestral do Presidente (3º trimestre 2018);** -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que o trabalho da equipa estava à vista de todos. Falhas todos teriam com certeza, mas era um respeito pelos trabalhadores, que deixaram de ser colaboradores. -----

----- Era uma honra apresentar a informação escrita com um trabalho de três meses, que ia da ação social até à limpeza urbana. Salientava, do muito trabalho que era feito pelas equipas, dois pontos:-----

----- A ação social da Freguesia de Santo António tinha mostrado a razão de apresentarem os projetos que apresentavam e serem uma referência na ação social na Cidade de Lisboa. -----

----- O Espaço Julia era algo que infelizmente funcionava muito bem, porque devia ser fechado, não devia ser preciso para nada, não devia haver aquele tipo de problema. Era a única resposta do País na forma como era dada e infelizmente não tinha havido tentativas de réplica, se calhar com medo da reação do trabalho que ali se fazia. -----

----- Na comunicação e marca cada vez se via mais outros a chegarem-se ao pé do trabalho de Santo António e a querer de alguma forma implementar nos seus sítios. -----

----- Na cultura, dinamização do espaço público e prevenção de comportamentos de risco, os projetos continuavam a marcar a ordem do dia. Começavam-lhe a faltar adjetivos para elogiar a equipa que trabalhava consigo dessa forma tão premente e tão diária. -----

----- Na educação, mais uma vez conseguiram fazer ligeiras alterações, pequenas melhorias. Renovaram-se duas salas de aula na escola básica de São José, uma das casas-de-banho, o pátio e mais algumas coisas da escola. Com um investimento de 18 mil euros, porque sabiam que os procedimentos eram demorados e conseguiam fazer mais depressa, substituíram-se à Câmara e iam ver com a Câmara se devolvia esse dinheiro ou não, mas era um investimento na educação e no futuro. -----

----- Quanto ao licenciamento, mais uma vez foram solicitados para dispensar o funcionário para dar formação noutras Juntas de Freguesia. -----

----- Apenas davam a cara pela informação escrita, porque eram os técnicos que deviam estar ali a mostrar o trabalho diário que faziam. -----

----- A limpeza urbana, mais uma vez heroicamente, tinha ido limpar aquilo que deixaram nos sete dias de protesto na Avenida da Liberdade, com todo o transtorno que causara colocar os homens todos no mesmo sítio durante dois dias para conseguir ter aquilo novamente limpo. Mais uma vez tinham dado o corpo às balas, deram o que tinham e o que não tinham e depois foram descansar. Era por isso que havia uma diferença entre o número de funcionários que apresentavam e aqueles que precisavam. -----

----- Talvez no próximo ano, com a continuação da taxa turística, conseguissem aumentar o número de funcionários da limpeza urbana da Freguesia. Não era para ter um por rua, mas para conseguirem dar resposta àquilo que os fregueses mereciam e tinham direito. -----

----- **Membro Pedro Ferreira (CDS)** disse que o Senhor Presidente já tinha feito muitas referências à equipa, à excelente equipa, e convinha os líderes elogiarem aqueles com quem trabalhavam. Só esperava que dentro de portas também dissesse aquilo que eles faziam mal, porque havia muita coisa que não era feita. -----

----- Se havia departamento que funcionava bem na Freguesia era o departamento de propaganda, de comunicação e marca, porque até trabalhava sobre o vácuo, o que era algo de espetacular. -----

----- Começava pela atividade do comércio e turismo no trimestre: “Participação no seminário de turismo; reunião com o diretor da formação; encontros com o reponsável...; participação no seminário”. -----

----- No que respeitava aos espaços verdes, espaço público e património, pensava que houvesse um pouco de vergonha em falar nos espaços verdes. Podiam-se ter esquecido de incluir o capítulo dos espaços verdes. -----

----- O jardim das Amoreiras não tinha uma relva, não tinha nada. Durante a campanha eleitoral o Senhor Presidente falava num jardineiro por jardim, durante várias Assembleias ouviam a justificação de que estava à espera da aprovação da contratação. Já estavam quase em outubro de 2018 e não se passava rigorosamente nada. Portanto,

falar dos espaços verdes e ter a ousadia de pôr ali o jardim das Amoreiras era de facto algo que transcendia e que lhe parecia merecer um pouco de cuidado em algumas matérias. -----

---- O jardim das Amoreiras não tinha ponta por onde pegar, fosse a culpa do A, do B ou do C. Aquele jardim estava uma autêntica vergonha, era um cartão de visita da cidade e da Freguesia em particular que estava uma vergonha para quem visitava. -----

---- O Torel, segundo indicações de vários fregueses que iam às Assembleias, era um caso idêntico, mas estava na atividade trimestral como sendo algo de fantástico. -----

---- O Senhor Presidente dizia que era uma equipa fantástica e que funcionava lindamente, admitia que sim nalgumas coisas mas noutras, lamentava dizer, estava longe da realidade. -----

---- Em relação à ação social, dizia-se o seguinte: “Na mercearia social temos inscritos 125 agregados familiares, que correspondem a 1240 beneficiários”. Isso numa matemática muito simples dava dez beneficiários por agregado familiar, o que significava haver agregados familiares com vinte. Portanto, das duas uma, ou não eram 125 agregados ou não eram 1240 beneficiários. -----

---- A propaganda era também feita dessas gralhas. Para quem lia e não captava a coisa pensava que era muita gente. Alguma coisa aí não haveria de estar bem com certeza. ---

---- O Executivo continuava na senda de que aquilo que havia a fazer aos sêniors era levá-los a passear. Era uma divergência que tinham desde sempre e continuariam a ter. Preferia gastar dinheiro em coisas perenes e mesmo uma pessoa que ficava muito satisfeita por ir passar o fim-de-semana a Murcia, se calhar ficaria mais feliz se tivesse todos os dias ou todas as semanas alguma atividade. -----

---- Parecia só fogo de artifício que dava muito jeito ao departamento de comunicação e marca mas que não deixava grande marca naqueles que beneficiavam. -----

---- **Membro não identificado** disse que estava de acordo com aquilo que o Senhor Presidente dissera em relação ao lixo. Verificava e era testemunha que a carrinha da Junta passava de manhã, entre as oito e oito e um quarto, e levava o lixo todo, mas às nove horas já estava lá outra vez. -----

---- Já tinha apresentado uma sugestão a quem de direito e falava dela outra vez. Se a Freguesia era uma das mais porcas da Cidade de Lisboa era porque a Junta também seria conivente. Havia regras e meios de educar as pessoas e era muito simples. Atualmente todos os prédios tinham condomínio, era uma informação a responsabilizar as pessoas e pôr fiscalização na rua. -----

---- A Junta metia tanto pessoal para tanta coisa, também podia meter um fiscal ou dois na rua e aquilo era dinheiro em caixa. -----

---- Outra coisa que já tinha falado com o Senhor Presidente, era bairrista e quando lhe pisavam os calos sabia o que falar. Andaram a lavar a Luciano Cordeiro e outra, o seu carro e os outros ficaram cheios de areia, mas debaixo dos carros o lixo ficara lá todo. Acontecera que a “merda” toda das ruas de cima tinha ficado outra vez na sua rua. Já tinha chamado a atenção para lavarem o resto até à Rua do Passadiço e apanharem ali o lixo. -----

---- Tinha uma fotografia para mostrar ao Senhor Presidente com a porcaria que estava debaixo dos carros.

---- **Membro João Paulo Marques das Neves (PSD)** disse que já tinha feito uma sugestão de coisas que existiam nos centros das cidades da Europa: em determinados dias do mês, assinalados com letreiros imensos, não podiam estacionar nessas ruas. ---

---- Se fossem a Florença, uma cidade onde existiam dez vezes mais pessoas do que ali, eles começavam a lavar no início da rua e não podia haver lá carro nenhum. -----

----- Estava-se a lembrar da sua rua, a Rua da Glória, depois havia a Travessa da Glória que conhecia como a “travessa das beatas”, porque quando lavavam a rua ou chovia elas rolavam todas por ali abaixo.-----
----- Relativamente à postura das pessoas e aos condomínios, no seu caso era administrador do condomínio e do outro lado do seu prédio havia um aparthotel recente e era extraordinário que tiveram um contentor do lixo amarelo, que quando o seu miúdo tinha quatro anos já sabia para o que aquilo servia. Estava à porta cheio de tralha e várias vezes lhes dissera que aquilo não podia estar na rua, tinham que recolher.-----
----- A Câmara tinha ido lá retirar aquilo. Recentemente alguém, talvez um turista, tinha deixado uma mala abandonada à porta daquilo, começara a andar e já estava à sua porta. Várias vezes tinha telefonado para a Câmara a recolher.-----
----- Outra coisa era que se tinha partido o seu balde do lixo e desde maio que não substituíam porque havia um problema qualquer com os contentores na Câmara.
----- A **Senhora Presidente da Assembleia** perguntou se o Senhor Tesoureiro explicava o total geral da execução anual do Plano Plurianual de Investimentos, uma vez que não encontrava parcelas para dar esse total. Tinha uma verba de 742 mil euros e as parcelas somadas não davam isso.-----
----- Continuando, percebera que era a contracapa do balancete.-----
----- A próxima Assembleia, ordinária, seria na Casa do Concelho da Idanha, no dia 20 de dezembro.-----
----- Se fosse necessária uma Assembleia extraordinária, ela seria convocada.-----
----- Leu a **Ata em minuta referente à presente reunião** e submeteu à votação, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----
----- Seguidamente, não havendo mais intervenções, deu por encerrada a sessão.-----
----- Eram zero horas e nove minutos do dia vinte e oito de setembro de 2018.-----
----- Da sessão foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa presentes.-----

1º.SECRETÁRIO

2º.SECRETÁRIO

PRESIDENTE

Áurea Lourenço